



15 de Janeiro de 2015

EM DIA

UMA APOSTA COM RISCOS



PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

Professor do Departamento de Economia
e Relações Internacionais da UFRGS

A proposta de Joaquim Levy de centrar sua atuação no Ministério da Fazenda no controle inflacionário e no equilíbrio fiscal, embora meritória, envolve riscos econômicos e políticos que devem ser calculados.

Dois exemplos de prioridades à estabilização no Brasil – um mais recente, do Plano Real, e outro mais distante, de Roberto Campos e Otávio Bulhões em 1964, no início do regime militar – ilustram que políticas de estabilização só são exitosas para induzir o crescimento se acompanhadas de medidas de maior envergadura, como mudanças institucionais capazes de criar clima de confiança para alavancar investimentos.

Isso ocorre porque inflação baixa pode ser condição necessária, mas não é suficiente para reverter tendência recessiva persistente, principalmente com cenário externo desfavorável. O crescimento é variável mais complexa e depende de muito mais fatores. No caso atual há que se

atuar, por exemplo, na baixa produtividade, nas dificuldades de inserção externa e nas barreiras legais aos investimentos públicos e privados – empecilhos estruturais ao crescimento.

Recuar a inflação para 2% ou 3%, para trazê-la ao centro da meta, pode ser louvável, mas é insuficiente

A tolerância e o respaldo da sociedade a políticas recessivas crescem em razão direta da crise que as antecede, que cria ambiente propício para legitimá-las como “salvadoras”. Nos exemplos acima: a inflação chegara a quase 90% anuais em 1963, e a 2.500% antes do Plano Real. Mas, em 2014, ficou em 6,41%, não chegando a superar o próprio teto da meta de 6,5% – exatamente como previra o ex-ministro Mantega. Recuá-la para 2% ou 3%, para trazê-la ao centro da meta, pode ser louvável, mas é insuficiente, por sua modéstia, para vencer todos os perdedores.